

APRESENTAÇÃO

Apresentamos, neste número da Revista *Perspectiva*, o dossiê **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Cenário Subalterno do Capital-Imperialismo**, organizado pelas professoras Célia Regina Vendramini, Natália Alves e Sonia Maria Rummert. O dossiê reúne oito artigos que derivam de eixos e elementos comuns de análise de um grupo de pesquisadores do Brasil e de Portugal que há oito anos vêm desenvolvendo ações de cooperação das quais já derivaram artigos, livros e seis seminários luso-brasileiros.

Os textos que compõem a revista foram apresentados no V Seminário Luso-Brasileiro, denominado “Jovens e adultos pouco escolarizados: entre a educação e a qualificação”, realizado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, em novembro de 2011.

O conteúdo dos artigos aqui reunidos é permeado por questões candentes acerca do trabalho e da formação de jovens e adultos num complexo campo de estudos que tem sofrido grandes mudanças, embora sejam, via de regra, mantidas as influências do capital-imperialismo. Simultaneamente, são evidenciadas nos textos diversas marcas de expropriação de direitos relativos ao pleno acesso ao conhecimento, tanto no Brasil quanto em Portugal. Tais características, por nós identificadas, requerem análises no campo teórico e no campo empírico, com base na articulação de diferentes realidades educacionais e sociais, as quais, em sua complexidade e em suas contradições, explicitam dilemas e desafios que perpassam as continuidades e rupturas identificadas nos campos empíricos em análise, como veremos a seguir.

Gaudêncio Frigotto, no artigo **Educação e qualificação de jovens e adultos pouco escolarizados: promessa integradora num tempo histórico de produção destrutiva**, derivado da conferência proferida no V Seminário, aborda as seguintes questões centrais: qual o alcance da promessa integradora da educação e da qualificação num contexto de produção destrutiva e de regressão social? Como esta regressão se manifesta no campo da educação pública básica e da qualificação? Qual a natureza da qualidade da educação básica e, a ela integrada, a qualificação profissional que, no terreno das contradições, podem se constituírem em mediação de formação política na defesa dos direitos dos jovens e adultos pouco escolarizados e base de luta contra hegemônica para uma travessia para

novas relações sociais? E qual o papel dos intelectuais identificados com as lutas da classe trabalhadora nesta travessia? A título de considerações finais, o autor se refere aos espaços em que esta direção é sinalizada e aborda o papel dos intelectuais que atuam na pesquisa e na docência em universidades públicas.

O artigo de Sonia Maria Rummert, denominado **Educar e qualificar: caminhos e descaminhos da educação de jovens e adultos trabalhadores**, apresenta questões relativas à qualificação abordada sob duas perspectivas básicas: a primeira, voltada para as concepções de qualificação subordinadas à divisão social do trabalho e da decorrente adequação da força de trabalho às necessidades históricas dos diferentes estágios de expansão e consolidação do capital; a segunda perspectiva trata da mesma temática à luz do materialismo histórico dialético. A título de conclusão, a autora apresenta algumas reflexões preliminares acerca da importância da experiência de classe para a educação de jovens e adultos trabalhadores, na perspectiva da educação comprometida com a emancipação humana.

A educação de adultos, na atualidade portuguesa, é analisada por Marcelo Marques e Natália Alves, no trabalho **O Programa Novas Oportunidades numa agenda globalmente estruturada para a educação**. No artigo, os autores evidenciam que o referido programa é legitimado por um (in)questionável discurso, ancorado nos desígnios da Teoria do Capital Humano. O Programa Novas Oportunidades (PNO) procura, assim, atingir duas grandes finalidades: fazer do 12º ano o referencial mínimo de qualificação para a população em geral, e em particular para os jovens, e qualificar um milhão de trabalhadores adultos até 2010, através do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e dos cursos de Educação e Formação de Adultos. Esses planos nacionais são expressão de uma ambição que se projeta além das fronteiras nacionais, e se descobre como parte integrante de um programa supranacional, dirigido pela União Europeia, integrado no seu programa de ação designado por Estratégia de Lisboa que visa tornar a economia europeia a mais competitiva do mundo. Os autores objetivam compreender a influência desta entidade supranacional na construção do PNO, num cenário de regulação transnacional.

Em sequência, é apresentado o artigo **Formação de adultos pouco escolarizados: paradoxos da perspectiva da aprendizagem ao longo da vida**, de autoria de Carmen Cavaco. Nele somos convidados a refletir sobre as políticas educativas emergentes na última década, em Portugal, tributárias da perspectiva da Aprendizagem ao Longo da Vida, também ela fortemente

influenciada pela Teoria do Capital Humano, tendo como referência o contexto português e os adultos pouco escolarizados. Faz-se, igualmente, a necessária distinção entre a problemática da aprendizagem ao longo da vida, que se refere ao processo natural e contínuo de aprendizagem, que sempre existiu desde os primórdios da Humanidade e é essencial para a sobrevivência do ser humano e a da Aprendizagem ao Longo da Vida como orientação política da União Europeia, que, paulatinamente, foi ganhando projeção a nível internacional. A autora fundamenta os motivos pelos quais considera que as orientações políticas referentes à perspectiva da Aprendizagem ao Longo da Vida dão lugar a práticas muito circunscritas de formação, que não atendem à riqueza e diversidade dos processos educativos e que não envolvem a globalidade dos cidadãos.

Dois artigos de pesquisadoras brasileiras contemplam questões relativas à educação da classe trabalhadora jovem e adulta, em suas particularidades no campo. Primeiramente, é apresentado o artigo **Formação de educadores de jovens e adultos do campo: quase tudo por fazer**, de Marlene Ribeiro, que busca explicitar a confluência de três temáticas: Educação de Jovens e Adultos (EJA), formação de educadores e educação do campo, cada uma com as suas especificidades que precisam ser articuladas na unidade: formação de educadores para EJA do campo. Sobre cada uma dessas temáticas, a autora ressalta o fato de que há uma razoável produção de artigos, pesquisas, ensaios, documentos. Entretanto, sobre a unidade proposta, é evidenciado o fato de que não há registros ou, se existem, são raros. Como consequência, *quase tudo está por fazer*, como ressalta a autora no título do artigo.

Já o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra constitui objeto de análise de Célia Regina Vendramini, no artigo **Os desafios do MST e da educação na atualidade brasileira**. No trabalho, a autora chama atenção para o fato de que o sentido para o estudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido como MST, está no seu caráter universal. Apesar de sua especificidade, o MST não deixa de refletir a generalidade dos confrontos históricos e os problemas que desafiam a criatividade dos trabalhadores em geral, há pelo menos dois séculos. No caso brasileiro, trata-se de mais de 500 anos de exploração, num contexto de extrema desigualdade social, num campo ocupado pelo agronegócio e numa cidade em que reina o desemprego, a violência e a indiferença; tais características ilustram o que Mézáros denominou como *fardo*. Como a realidade é dialética, há fardo, mas também há desafio. E o MST desafia a ordem, desafia a propriedade, desafia o capital.

No trabalho, a autora busca compreender a complexidade do MST e dos seus propósitos educacionais, bem como da realidade em que ele emerge, lançando mão das categorias do Materialismo Histórico Dialético e buscando alcançar o Movimento no contexto que o constitui, em termos de passado, presente e futuro, bem como nas contradições que expressa ao emergir nas velhas relações sociais e perspectivar novas relações.

Maria Clara Bueno Fischer e Lia Tiriba são as autoras do trabalho **Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente**. Nele são analisados saberes e conhecimentos em práticas econômico-culturais de produção associada e autogeridas, a partir dos conceitos-chave “produção associada e a autogestão” e “saberes do trabalho associado”. As autoras partem do pressuposto de que a experiência coletiva de trabalho, por ser uma prática econômico-cultural, possivelmente constitui a principal escola para o aprendizado. Procuram, assim, capturar o conteúdo e a forma deste acontecer ao analisarem como se processa a relação entre o novo (modo de produção da existência humana) que deseja nascer e o velho que luta para se manter vivo. Identificar, analisar e compreender tais processos significa, então, apreender as relações entre trabalho e educação nas suas dimensões de identidade, de separação e de tentativas de práticas econômico-culturais que se constituem na perspectiva da produção associada do trabalho e da vida.

A conferência de Rui Canário finaliza o Dossiê. Trata-se do trabalho **Novos (des)caminhos da educação de adultos?**, que parte da análise do Programa Novas Oportunidades, cuja implantação marcou a primeira década deste novo século em Portugal. Para o autor, esse programa, pelas suas metas extremamente ambiciosas, pelo seu caráter de “campanha” massiva com vista a elevar o nível de qualificação escolar da população portuguesa, pelo modo como articula a iniciativa pública com a intervenção de entidades de direito privado, pelos recursos financeiros que mobiliza, pelas inovações organizacionais e pedagógicas que introduz, vem reintroduzir de modo muito intenso na agenda educativa o campo da educação de adultos. No trabalho, são apresentados argumentos sobre a mudança de natureza do “campo de educação de adultos”, no início do novo milênio, reolocando num quadro interpretativo mais geral as iniciativas públicas atuais em matéria de educação de adultos.

Os temas abordados nos artigos aqui reunidos convergem para questões candentes acerca da educação da classe trabalhadora, a qual é historicamente atravessada, no mais das vezes, por diferentes expressões da destituição de

direitos e pelos simulacros de democratização do acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

Ao trazermos tais temas para debate, pretendemos apresentar aos leitores um conjunto de reflexões que propicie cotejar duas realidades que, embora distintas em muitos aspectos, dadas as suas particularidades, nos trazem possibilidades de identificar como as marcas da lógica que preside – em nível mundial – a atual organização socioeconômica faz com que as problemáticas do campo educacional apresentem convergências significativas. Como expressões de uma constante, tais convergências e divergências apontam para a desigualdade estrutural do modo de produção capitalista.

Desejamos aos leitores uma apropriação fecunda e rica das reflexões aqui reunidas e que essas deem origem a novos e necessários questionamentos, sobretudo de caráter estrutural. A todos os autores, agradecemos o empenho em colaborar para a divulgação das produções de nosso grupo, constituído no âmbito de um trabalho de cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal e que já recebeu, ao longo de seus oito anos de atividades conjuntas, apoio da CAPES – Brasil e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – Portugal. Sem dúvida, o enriquecimento mútuo e os novos desafios postos pela realidade rebelde, nos dois países, constituem um convite à continuidade desse trabalho, aqui parcialmente apresentado para apreciação dos que nos contemplarem com sua leitura.

Florianópolis, 30 de maio de 2013.

Célia Regina Vendramini

Natália Alves

Sonia Maria Rummert

Organizadoras